



O desenvolvimento de arranjos produtivos locais no turismo: o caso da região turística da costa leste de Mato Grosso do Sul

Geancarlo de Lima Merigue (gmerigue@fes.br)*

Resumo

Este artigo tem como principal objetivo discutir as relações entre as novas tecnologias de O turismo por natureza é uma atividade sistêmica, necessitando da cooperação, integração e interdependência de todos os envolvidos no setor para um desenvolvimento equilibrado e harmonioso, com consciência holístico-ecológica, por se valer dos recursos naturais e culturais como principais fontes de atração de turista nas destinações e pela fragilidade desses recursos. A gestão compartilhada da atividade, através da formação de Arranjos Produtivos Locais reflete uma evolução animadora do desenvolvimento do turismo.

Palavras-chave: Turismo; Teoria dos Sistemas; Arranjo Produtivo Local.

Abstract

Tourism, by nature, is a systemic activity, requiring of cooperation, integration and interdependence from all involved in the sector to a balanced and harmonious development, with holistic-ecologic conscience, because it avails of natural and cultural resources as main source of attraction of tourist in the destinations and by fragility of these resources. Shared management of the activity, through the formation of local productive arrangements, reflects a stimulating evolution of the development of tourism.

Key-words: Tourism, Theory of Systems, Local Productive Arrangement



Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social



Introdução

O novo Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil - do Governo Federal, trouxe uma nova visão de desenvolvimento para setor turístico no Brasil, onde a sinergia, a integração e a interdependência são características primordiais para o sucesso dos chamados Arranjos Produtivos Locais (APL) do Turismo.

O objetivo deste artigo é discutir que características afluem durante o processo de desenvolvimento dos APL Turísticos e quais benefícios essa formação traz para esses locais. Para isso, foi necessário analisar a realidade de um APL Turístico de Mato Grosso do Sul (MS), denominado Região Turística da Costa Leste de MS (RTCL/MS).

Na primeira parte desse trabalho apresenta-se uma breve discussão sob a forma de fundamentação teórica, versando a respeito da Teoria dos Sistemas, a atividade turística e dos APLs. A seguir, encontra-se uma análise do desenvolvimento de uma APL Turístico na Região da Costa Leste do Mato Grosso do Sul. A partir daí, segue-se às considerações finais.

Fundamentação teórica e os Arranjos Produtivos Locais do turismo

Diversos autores vêm discutindo a fundo a Teoria dos Sistemas (BENI, 1999; CAPRA, 1982; LE BOURLEGAT, 2001; SANTOS, 1996; dentre outros), apontando-a como uma nova maneira de ver e fazer uma leitura do homem, da sociedade, da natureza, enfim, do mundo em que se vive. Para Capra (1982) a Teoria dos Sistemas revela a interligação e interdependência existente nos organismos vivos, remetendo essa teoria como uma visão de mundo em que tudo está ligado e interagindo formado um 'todo'. Dessa maneira, entende-se por sistema o conjunto formado por diversas partes de um todo, interligadas e

interdependentes, que tem na harmonia e no equilíbrio de seus componentes a razão de sua existência e funcionamento.

Num sistema, o equilíbrio harmonioso das partes é o que garante o funcionamento do todo, aquilo que Capra (1982) relacionou com a filosofia chinesa do yin e yang e Lê Bourlegat (2001) com entropia e ordem, no que tange a sustentabilidade da vida dos seres vivos. Assim, os sistemas vivos buscam a ordem ou equilíbrio constante para se perpetuarem como entidades e, nessa busca, ocasiona-se uma diversidade de situações entrópicas.

Para Capra (1982), algumas dessas situações são derivadas do atual modelo de pensar a sociedade e o mundo, o qual denominou de Carteziano-Newtoniano², proveniente basicamente das idéias patriarcais aonde a soberania do pensamento racional, competitivo, linear e auto-afirmativo, vem provocando danos à natureza, fundado na idéia de que essa deve ser dominada e, por conseguinte, a sociedade é quem sofre os problemas dessa ocupação desmedida e sumariamente arbitrária, tornando assim, esse paradigma indesejado.

Dessa maneira, uma mudança de paradigma se faz necessário, aonde o pensar sistêmico deve tomar lugar à frente da maneira de pensar atual, disseminando um pensamento mais ecológico, holístico, cooperativo, não-linear e integrativo (CAPRA, 1982).

O turismo busca se fundamentar dentro dessa filosofia (holístico-ecológica), já que é uma atividade econômica que se vale dos recursos naturais, culturais e sociais para existir. Na atualidade a atividade turística transformou-se em um fenômeno das sociedades pós-industriais (TRIGO, 1993). A alta tecnologia atingindo o cotidiano de todas as pessoas do mundo propiciou o turismo de massa, um fenômeno considerado

* Bacharel em Turismo (UCDB, 1999); Especialista em Administração de Turismo e Lazer (UCDB, 2002) e Mestre em Desenvolvimento Local (UCDB, 2004).

relativamente recente, relacionado ao pós Segunda Guerra Mundial, especificamente da segunda metade do século XX, com grande significado econômico como fonte de renda e divisas, pelo fluxo de pessoas que mobiliza e dinheiro que gera, mas também como atividade que pode trazer impactos importantes na cultura, sociedade e natureza do lugar que de destino (SOUZA, 1999).

De acordo com Dias (2003), nas sociedades pós-modernas, marcadas pela efeitos da globalização e da Terceira Revolução Científico-tecnológica³, o turismo tornou-se uma das atividades mais importantes, devido suas características básicas geração de benefícios e aproximação entre os povos. Essa atividade movimentava 3,4 trilhões de dólares por ano, com uma taxa de crescimento de mais de 10% ao ano, gerando empregos e renda numa proporção equivalente a seu desempenho nas balanças comerciais dos países (SILVA, 2001).

As potencialidades econômicas do turismo, relacionadas ao emprego e renda, têm sido fonte de atração para a maior parte dos governantes no mundo, que consideram essa atividade um instrumento estratégico de relativa importância na superação de problemas sociais. Nas últimas décadas, em função do valor econômico e expressivo crescimento em termos de expansão, acompanhado pelo aumento do fluxo de turistas ávidos por novos destinos e diferenciais, o turismo passou a receber maior atenção por parte dos governos, na elaboração de suas políticas de desenvolvimento, visando orientar as ações de planejamento e ordenamento das regiões e localidades (SILVEIRA, 2002).

Por outro lado, até que ponto essa preocupação dos governantes se fundamenta em bases responsáveis e sustentáveis? A criação de programas que

visam incentivar o desenvolvimento de complexos e destinações turísticas é uma realidade no Brasil e vem demonstrando essa preocupação.

Em 1992 foi criado o Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT, desenvolvido e coordenado pelo EMBRATUR⁴, mediante a adoção da metodologia da Organização Mundial do Turismo - OMT, adaptada à realidade brasileira. Através do PNMT, buscou-se um processo de conscientização, sensibilização, estímulo e capacitação de monitores municipais, visando o despertar e reconhecimento da importância do turismo como gerador de emprego e renda. Coube à localidade (Poder Público, Iniciativa Privada e a Sociedade em Geral), "estabelecer suas prioridades, construindo uma política municipal de turismo voltada para seus interesses, tendo como baliza a Política Nacional de Turismo" como afirma (DIAS, 2003, p. 146).

O referido programa propunha a conciliação do crescimento econômico com a preservação e conservação do patrimônio ambiental, histórico e cultural, assim como, a participação e a gestão da comunidade no Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável - PDTUR. A falta de êxito em alguns lugares, sem que essas metas não fossem inteiramente cumpridas poderiam ser mais bem explicadas nas argumentações de Silveira (1999, p. 93):

"... a questão da descentralização já suscitou muitas críticas de alguns especialistas, no que diz respeito a outros programas da administração pública, como na educação, na saúde, e outros. A crítica principal recai sobre o caráter mecânico e aleatório da descentralização, ao não levar em conta a heterogeneidade social, cultural e econômica do território nacional, um dos motivos que dificultaria o estabelecimento de critérios para

articular a descentralização de recursos e de poder".

A partir de 2003, o turismo ganhou um ministério específico, o Ministério do Turismo, que lançou o Plano Nacional de Turismo (PNT), com a intenção de desenvolver esse setor para criar mais empregos, gerar divisas, reduzir as desigualdades regionais e redistribuir melhor a renda (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2003). O objetivo foi o de desenvolver o produto turístico com qualidade e estimular o seu consumo nos mercados nacional e internacional, diversificando a oferta e estruturando os destinos turísticos, ampliando e qualificando o mercado de trabalho.

O PNT pretende ser um plano com ampla participação da sociedade, elo entre os governos federal, estadual e municipal, as entidades não governamentais, a iniciativa privada e a sociedade no seu todo, portanto, amparando-se em parcerias e gestão descentralizada. Baseia-se em 7 macro programas, cada um com sua câmara temática específica, voltada a apoiar projetos e ações no objeto de enfoque: (1) Gestão e relações institucionais; (2) Fomento (atração de investimentos e financiamento de projetos); (3) Infra-estrutura (implantação de equipamentos turísticos); (4) Estruturação e diversificação da oferta turística (criação de roteiros integrados, ampliação e fortalecimento de novos segmentos turísticos); (5) Qualidade do produto turístico (normalização da atividade e qualificação profissional); (6) Promoção e apoio à comercialização; (7) Informações turísticas (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2003).

Uma estratégia bastante animadora do PNT para o turismo brasileiro é a criação do Programa de Regionalização do Turismo (Roteiros do Brasil) que admite o seguinte:

O modelo de gestão adotado pelo Ministério do Turismo está voltado para o interior dos municípios do Brasil, para as suas riquezas ambientais, materiais e patrimoniais,

e para as suas populações, em contraponto aos prejuízos impostos pela modernização. Esse propósito pode ser alcançado pela gestão compartilhada, pelo planejamento nacional construído a partir das especificidades locais com enfoque no desenvolvimento regional. Para tanto, devem ser criadas condições que propiciem a contribuição e a participação das várias esferas da sociedade, de modo a se chegar à oferta de produtos e serviços diversificados, qualificados e exigidos pelos mercados nacional e internacional (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2004).

Esse programa acarreta na formação de Arranjos Produtivos Locais Turísticos (APL Turístico) que são entendidos como aglomerações de destinações turísticas, empreendimentos e empresas, direta e indiretamente ligadas ao setor de turismo, de um determinado local ou região que, com foco no desenvolvimento da atividade turística em conjunto e com significativo grau de interligação e interdependência passam a reunir as seguintes características:

- 1) A sinergia, por maior da gestão compartilhada;
- 2) A dimensão territorial, espaço físico e político de suporte e articulação dos integrantes, em que ocorrem processos produtivos, inovativos e cooperativos;
- 3) Os agentes econômicos e as instituições políticas, sociais e científico-tecnológicas, importantes pela diversidade e complementaridade mantida por processos de divisão de trabalho do arranjo;
- 4) O conhecimento tácito que está incorporado nos agentes, organizações do sistema territorial apresentando forte especificidade local, originando-se da proximidade territorial e/ou de identidades culturais, sociais e empresariais;
- 5) O aprendizado interativo, meio gerador e difusor mais eficiente de conhecimentos e da ampliação da

potencialidade produtiva e de inovação tecnológicas dos agentes econômicos e outras instituições;

6) A governança vista como uma regra compartilhada dentro do APL, na medida em que envolve diferentes formas de coordenação entre os agentes e atividades, tanto na produção e distribuição de bens e serviços, como no processo de geração, disseminação e uso de conhecimentos e de inovações;

7) O grau de enraizamento, medido pelo nível de envolvimento e articulação dos diversos agentes e instituições do APL. Os elementos que determinam esse grau de envolvimento e articulação são o nível de agregação de valor, a origem e o controle das organizações e o destino da produção (local, nacional e estrangeiro).

Os APL Turísticos, por sua natureza, reúne características sistêmicas, que possivelmente irão levá-lo um êxito nos seus objetivos, alguns estudos, entre os quais se destacam aqueles de Alfred Marshall (1982), vêm demonstrando que as interações entre integrantes de um mesmo ramo da economia, quando ocorrem em situação de proximidade geográfica, podem obter maiores vantagens, em termos da atração de atividades subsidiárias e comerciais, consumidores de maior vulto, mercado constante para mão-de-obra especializada, intercâmbio de conhecimentos novos entre as empresas, que prepara o caminho para a divisão de trabalho. São condições de aglomeração, segundo Marshall (1982, p.234), em que "as forças sociais cooperam com as econômicas".

Para Santos (1996, p. 225), esses "arranjos espaciais, são espaços nos quais a solidariedade é obtida por via da circulação, do intercâmbio e do controle, constituindo um tipo de sistema, no qual a organização é quem mantém o comando de sua vida funcional". Para alguns economistas

européus que estudam esses sistemas territoriais de produção por processos de aglomeração territorial, essas vantagens podem ser ampliadas, quando a proximidade for acompanhada de uma lógica territorial baseada na cooperação organizada e aprendizagem interativa, de modo a disponibilizar e compartilhar competências no âmbito de todo o sistema. Nesse caso, as externalidades positivas tornam-se resultado dessas forças de aglomeração (TORRE, 2003).

No tocante ao turismo, o êxito de um Arranjo Produtivo Local nos mercados turísticos regionais, nacionais e internacionais depende cada vez menos de suas vantagens comparativas e cada vez mais de suas vantagens competitivas, competindo em mercados tradicionais cada vez mais sofisticados e globalizados (BENI, 2003). Silva (2001, p. 65), vem corroborar essa afirmação quando salienta que:

Não só no ramo do turismo, como em qualquer atividade econômica, principalmente a partir desta década, as pressões do mercado estão cada vez mais acirradas. A globalização da economia traz como consequência uma crescente proliferação de produtos e serviços; cada vez mais a concorrência nacional e internacional aumenta.

Dessa maneira as empresas e destinações turísticas que se formam em um APL Turístico, passam a ter, além da proximidade física e da forte relação entre seus agentes locais, uma dinâmica econômica comum, realizando as mesmas atividades, beneficiando-se com o afloramento de mão-de-obra especializada e disponível em poucas regiões, a utilização das mesmas matérias-primas (BEDÊ, 2002), bem como o surgimento dos demais efeitos das dinâmicas de proximidade ou aglomeração citadas nesse artigo como categorias representativas dos APLs, que

serão elementos importantes no enfrentamento das pressões de mercado e na gestão local do turismo.

Com essa intenção e buscando adentrar no mercado turístico com maior possibilidade de competitividade, inicialmente seis municípios da Costa Leste de Mato Grosso do Sul, Anaurilândia, Brasilândia, Bataguassú, Batayporã, Santa Rita do Pardo e Três Lagoas, e mais recentemente houve o pedido de adesão feito pelo município de Aparecida do Taboado, uniram-se e formaram a Região Turística da Costa Leste de MS (RTCL/MS), passando a ser vista como um arranjo produtivo local do turismo pelos agentes e pelas instituições que estão apoiando seu desenvolvimento.

A formação do APL turístico - região turística da costa leste do MS (RTCL / MS)

O Mato Grosso do Sul (MS), é um dos estados brasileiros que investe no turismo como alternativa de desenvolvimento, devido aos recursos naturais e culturais existentes que geram motivação de visita em pessoas do mundo inteiro. O Pantanal sul-mato-grossense, as águas cristalinas da região da Serra da Bodoquena em especial no município de Bonito, o aporte cultural, a pesca e, mais atualmente as Unidades de Conservação, como o Parque Estadual do Prosa, o Parque Estadual do Ivinema, o Parque Nacional da Serra da Bodoquena, o Parque Natural Municipal da Cachoeira do Apa e outras mais, compõem parte do acervo turístico do Estado.

Com intuito de buscar um desenvolvimento embasado em um trabalho de planejamento, período de 1999 a 2000, foi realizado no Estado um trabalho de planejamento do turismo em nível estadual denominado PDTUR/MS (Plano de Desenvolvimento Turístico de Mato Grosso do

Sul), o qual, para realização do inventário, dividiu o Estado em 9 Regiões. O trabalho foi concluído parcialmente e em suas diretrizes, adotou a "regionalização" como estratégia de desenvolvimento para o turismo.

Essa estratégia foi adotada pelo SEBRAE/MS (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Mato Grosso do Sul) que começou o trabalho para implantação da mesma nas localidades com interesse. No ano de 2001, aconteceu em Pedro Gomes/MS, o Seminário de Turismo e Meio Ambiente, numa parceria do Governo Estadual, SEBRAE/MS e outras instituições, podendo ser considerado o marco inicial dos trabalhos para regionalização do turismo no MS.

Em 2002, aconteceu no município de Aparecida do Taboado/MS, um evento regional sobre cultura e turismo, onde foi lançada a idéia, que se tornou um projeto, de se trabalhar uma região turística na Costa Leste do MS. A União dos Municípios do Alto Paraná - UNIPAR, foi vislumbrada pelos idealizadores do projeto como um espaço adequado para implementação da idéia e confecção da Câmara Técnica da Região Turística da Costa Leste.

Inicialmente cinco municípios (Três Lagoas, Brasilândia, Sta. Rita do Pardo, Bataguassu e Anaurilândia) aderiram ao projeto e começaram a se organizar visando o trabalho em conjunto, com objetivo de proporcionar o desenvolvimento da região, tendo como estratégia o turismo sustentável. Mais adiante, o município de Bataíporã também aderiu ao projeto e já faz parte da Câmara Técnica. Na atualidade a Região recebeu o pedido de adesão do município de Aparecida do Taboado.

A Região Turística da Costa Leste de Mato Grosso do Sul ocupa o sul da região de planejamento do Estado de Mato Grosso do Sul, conhecida como "Bolsão", uma das regiões de colonização mais antigas, localizada no Nordeste do Estado,

caracterizada pelo fluxo de fazendeiros originário de Minas Gerais (Uberaba) e Estado de São Paulo, desde os anos 30 do século XIX, os primeiros a especializarem esse espaço com a pecuária extensiva, sobre solos de areias quartzosas, desfavoráveis à agricultura. Por outro lado, nela se incluem também municípios da chamada região "Leste" do Planejamento Estratégico de Mato Grosso do Sul, estabelecido desde 2002. Esses Municípios estão na transição entre o Bolsão e o Leste, uma região de predominância de pequenas propriedades de agricultura familiar, resultantes de políticas sucessivas de assentamento populacional da União, visando a ocupação da faixa fronteira com o Paraguai.

O diferencial turístico no qual apostam os agenciadores da Região Turística da Costa Leste do MS, estaria especialmente focado na potencialidade das áreas alagadas do rio Paraná, incluindo a hidrovía e os rios regionais, associando-se a isso, os vários outros recursos naturais e culturais típicos dos municípios que formam o APL. Um dos tipos de atração da região é a pesca, que vem sendo procurado por pescadores esportivos do Brasil e do mundo, devido a grande esportividade das espécies como o Tucunaré (*Cichla spp*), o Dourado (*Salminus brasiliensis*), dentre outros da bacia.

No campo da cultura, diversas festas e festivais são realizados durante o ano todo, o que levou os municípios a criarem um calendário integrado de eventos, primeiro passo dado rumo à gestão compartilhada por iniciativa da Câmara Técnica de Turismo da Costa Leste/MS apoiada pelo SEBRAE/MS.

O artesanato é bastante difundido e diversificado na região, revelando características únicas de cada município, espelhado na cultura e nos recursos locais para sua confecção. Uma iniciativa da Câmara Técnica foi a de trazer para junto

do projeto de formação da Região Turística os artesãos. Dois dos municípios, Brasilândia e Santa Rita do Pardo têm seus artesanatos com certificado de origem. Outras potencialidades também fazem parte da Região, como a balneabilidade dos rios, a possibilidade do desenvolvimento do turismo em propriedades rurais, turismo estudantil e científico, sendo realizado nas hidroelétricas e eclusas, dentre outras que um planejamento estratégico e integrado do turismo da região irá revelar.

Considerações finais

Ao se analisar a formação do APL - Região Turística da Costa Leste do Mato Grosso do Sul, sob a ótica da teoria dos sistemas, permitiu-se constatar que, do ponto de vista organizacional, a atividade turística apresenta-se sob forma de um arranjo ainda incipiente, ou seja, não reunindo todas as características que representam um APL. As forças que vêm agindo no local, ainda se encontram na esfera pública, não externalizando essa consciência para a sociedade em comum no território, a qual por si só, se configura como uma das partes do sistema.

O turismo por sua natureza é sistêmico e, economicamente falando, revela-se um sistema complexo de setores que vivem em constante interação e são altamente interdependentes. Dessa maneira, se faz necessário um trabalho de planejamento estratégico e integrado do turismo na Região em estudo, que tenha em seus objetivos, a consolidação de estratégias fundadas nas características representativas de um APL e na concepção de equilíbrio proposta pela teoria dos sistemas.

Nesse sentido, pode-se concluir que o incipiente arranjo no segmento turístico, diante do peso das variáveis intervenientes no presente momento, vindas de cima para baixo e de fora para dentro, sob influências

de programas governamentais da União, Estado e Município, apresenta respostas endógenas que não podem ser ignoradas, além de potencialidades locais nada desprezíveis, para serem estimuladas. Em realidade, assiste-se a um momento desse processo, em que as variáveis externas são as maiores responsáveis pelas dinâmicas de fortalecimento desse arranjo embrionário. Mas, as principais decisões vêm sendo tomadas e agenciadas no território, metabolizadas por um grupo ainda reduzido de agentes locais, situados no nível administrativo do Município, mas que cria estratégias de mobilização e envolvimento das bases. Em uma visão sistêmica, pode-se concluir que o modelo de desenvolvimento local, reflete e se retro-alimenta no histórico modelo de desenvolvimento progressista nacional.

Referências Bibliográficas

- BEDÊ, M. A. Subsídios para a identificação de clusters no Brasil: atividades da indústria. São Paulo: SEBRAE, 2002.
- BENI, Mário C. Dimensão e dinâmicas de clusters no desenvolvimento sustentável do turismo. UNIFACS, 2003 (www.unifacs.br/graduação/curso/turismo/materialdeaula/).
- CAPRA, F. O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente. São Paulo: Cultrix, 1982.
- DIAS, Reinaldo. Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.
- LE BOURLEGAT, Cleonice Alexandre. Ordem local como força interna de desenvolvimento. Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande: UCDB, vol. 1, número 1, setembro 2001.
- MARSHALL, Alfred. Princípios de economia: tratado introdutório. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MINISTÉRIO DO TURISMO. Plano Nacional do Turismo: diretrizes, metas e programas - 2003-2007. Brasília, 2003 (disposto em www.embratur.gov.br no dia 15 de Março de 2003).
- _____. Programa de regionalização do turismo: roteiros do Brasil. Brasília, 2004 (disposto em www.embratur.gov.br no dia 17 de Julho de 2004).
- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SILVA, T. F. da. Rede de pequenas empresas do setor turístico: uma estratégia para a competitividade e o desenvolvimento local. Desenvolvimento Local em Mato Grosso do Sul: Reflexões e Perspectivas. Campo Grande, MS: UCDB, 2001.
- SILVEIRA, Marcos Aurélio T. da. Planejamento territorial e dinâmica local: bases para o turismo sustentável. Turismo: Desenvolvimento Local. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 87-98.
- _____. Turismo, políticas de ordenamento territorial e desenvolvimento : um foco no Estado do Paraná no Contexto regional. 2002. 277f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - FFLCH - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP), São Paulo.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local?. Turismo: desenvolvimento local. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 17-22.
- TORRE, A. Desenvolvimento local e relações de proximidade: conceitos e questões. Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande: UCDB, v.4, n., p.27-40, setembro de 2003.
- TRIGO, Luiz G. G. Turismo e qualidade: tendências contemporâneas. Campinas, SP: Papyrus, 1993.